

# Economia

## Salário mínimo no fundo do poço

Perda do poder de compra durante o Plano Real é a maior da história

NICARDO REGO MONTEIRO

O salário mínimo registrou durante o Plano Real a maior perda de poder de compra desde que foi instituído em 1940. Em 1995, ano seguinte à adoção do real, o mínimo chegou a valer o equivalente a 24,50% em relação ao que valia em seu primeiro ano. O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) - que acompanha as oscilações do salário desde 1959 - calcula que, se não tivesse ocorrido a deterioração do mínimo, desde que foi criado, o salário valia hoje R\$ 554,71 somente em São Paulo, contra cerca de R\$ 600,00 no Rio de Janeiro - na época, os salários eram regionalizados. Mesmo assim, as regras do salário deverão sofrer modificações no próximo ano, principalmente a partir do primeiro trimestre, por causa das pressões inflacionárias já identificadas por economistas. Além de o Governo tentar rever o texto constitucional que regulamenta o salário, um projeto idealizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) tentará novamente regionalizar o mínimo. O projeto, encampado pelo deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), também propõe a desvinculação do mínimo da Previdência Social.

As iniciativas têm por objetivo evitar que as pressões por reindexação de salários, comuns entre os meses de março e abril, contribuam para desestabilizar ainda mais a economia - ao agravar inflação e déficit público.

### Agravamento da inflação

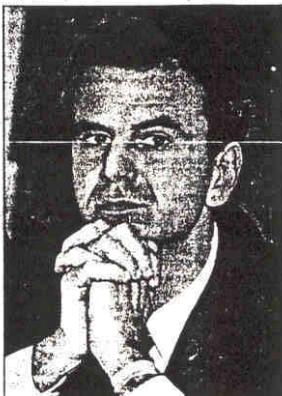
Os temores se justificam pelas previsões de economistas, que identificam a possibilidade de agravamento da inflação nos três primeiros meses do ano. Se ocorrer aumento exponencial do consumo, advertem especialistas, o setor varejista terá que aumentar os preços já em janeiro, por causa da diminuição dos estoques.

Com relação ao levantamento do Dieese, o economista José Maurício Soares explica que o cálculo leva em conta os valores do primeiro salário mínimo, instituído por decreto-lei em 4 de maio de 1940. Na época, o paulistano ganhava um total de 220 mil réis, enquanto o carioca ganhava mensalmente 240 mil réis. Os trabalhadores das capitais das regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo, tinham seu esforço remunerado com um salário que variava em torno dos 90 mil réis, a pior média salarial do País.

A legislação de cinco décadas atrás obviamente não era perfeita, pois não estendia o benefício do salário mínimo aos trabalhadores rurais, por exemplo. Somente entre as décadas de 60 e 70 é que essa categoria passou a dispor de alguma regulamentação trabalhista. Até então, tudo era resolvido no chitão. Ao mesmo tempo, somente no Estado de São Paulo havia quatro patamares diferentes de salário, o que também acontecia no Estado do Rio. Os trabalhadores de Niterói, por exemplo, ganhavam menos do que os da capital - explica o economista do Dieese.

Soares revela que o Plano Real foi o período histórico de maior perda do poder aquisitivo do salário mínimo. Em 1995, um ano após a adoção do Plano, o salário mínimo atingiu um valor equivalente a 24,50% do primeiro salário mínimo - aquele, de 220 mil réis -, o que representou o menor valor desde 1940. Até o ano passado, o salário seguia uma trajetória de relativa recuperação, chegando a valer 26,52% do valor da década de 40, mas, em outubro deste ano, voltou a valer 24,72%, com a atenuante de que não se contabilizou o pagamento do 13º salário naquele mês.

Os anos 50 também foram os anos dourados do salário mínimo, de acordo com levantamento do Dieese. Entre 1952 e 1962, o salário criado em 1940 atingiu seu maior poder de compra, sendo cotado a CR\$ 5,9 mil em



Paes: mínimo desvinculado da Previdência



Neri: piso orientaria relações de trabalho



Urani: projeto teve aceitação até no PT

MÉDIA DO SALÁRIO MÍNIMO	
EM RELAÇÃO AO PISO DE 1940	
1987	27,05%**
1989	40,66%
1990	29,06%
1991	30,36%
1992	26,05%
1993	29,34%
1994	24,77%
1995	24,50%
1996	24,90%
1997	25,29%
1998	26,52%
1999	24,72%**

\* Menor média da história até a adoção do real  
\*\* Até outubro, excluindo-se o 13º salário

Fonte: Dieese

CUSTO DA CESTA BÁSICA	
EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO*	
1959	27%
1969	45,97%
1979	63,78%
1989	77,88%
1990	92,42%
1991	74,79%
1992	85,56%
1993	78,07%
1994	102,35%
1995	99,69%
1996	88,08%
1997	81,32%
1998	81,98%

\* Baseado nos preços praticados em São Paulo

Fonte: Dieese

São Paulo - o equivalente a R\$ 800,00, a maior valor da história. O preço da passagem de um ônibus municipal custava, na Capital paulista, apenas CR\$ 5,00, o que permitia ao paulistano comprar o equivalente a 1.180 passagens com o salário da época. Hoje, fixado em R\$ 136,00, o salário mínimo possibilita à população a compra de apenas 118 passagens de ônibus, ao preço de R\$ 1,15.

Em 1959, o salário mínimo equivalia a 27% do valor da cesta básica, enquanto em outubro de 1998 esse percentual alcançava 81,98%. Ou seja, o trabalhador que ganha um salário mínimo gastou ano passado quase toda a remuneração somente com o item alimentação. Nesse mesmo ano, em que se construiu Brasília, o paulistano também podia comprar 702 dúzias de bananas com o salário mínimo, enquanto atualmente só compra 115 dúzias.

Desde a Constituição de 1988, o salário passou a ser um instrumento de aquisição de gêneros como alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Ou seja, a carta atual aperfeiçoou do texto da Lei do Salário Mínimo, decretada em 1940, que previa garantias apenas de moradia, alimentação, transporte e higiene. Nessa época, a lei facultava ao empregador a possibilidade de descontar do salário gastos com esses itens, desde que os descontos não excedessem os 60%.

- Para cada item, o empregador podia

descontar um determinado percentual, o que explica, por exemplo, a existência das vilas operárias, que representavam o gasto do patrão com a moradia dos funcionários - explica o economista do Dieese.

### Modificações em 2000

A iniciativa do Governo de modificar o mínimo, discutida ano passado, tem por objetivo adaptar a legislação salarial à nova lógica do poder de compra do salário mínimo. Mês do dissídio coletivo de diversas categorias importantes, é em março que voltam à tona nas discussões sobre a necessidade de recuperação das perdas dos trabalhadores com a alta do custo de vida. E com ela, o velho fantasma da reindexação, que poderia trazer de volta o espectro da inflação galopante, que atordoou o País até 1994.

A volta da inflação, prevista por economistas para o primeiro trimestre do próximo ano, deverá trazer de volta ao noticiário, a partir de março, a discussão sobre a perda do poder de compra do salário mínimo. Mês do dissídio coletivo de diversas categorias importantes, é em março que voltam à tona nas discussões sobre a necessidade de recuperação das perdas dos trabalhadores com a alta do custo de vida. E com ela, o velho fantasma da reindexação, que poderia trazer de volta o espectro da inflação galopante, que atordoou o País até 1994.

A volta da inflação, prevista por economistas para o primeiro trimestre do próximo ano, deverá trazer de volta ao noticiário, a partir de março, a discussão sobre a perda do poder de compra do salário mínimo. Mês do dissídio coletivo de diversas categorias importantes, é em março que voltam à tona nas discussões sobre a necessidade de recuperação das perdas dos trabalhadores com a alta do custo de vida. E com ela, o velho fantasma da reindexação, que poderia trazer de volta o espectro da inflação galopante, que atordoou o País até 1994.

A manutenção do salário mínimo em seu patamar atual também faz parte da estratégia do Governo de controle do déficit das contas públicas. Utilizado como valor de referência para as remunerações da Previdência Social, o salário não pode aumentar, conforme alega o Governo, sob o risco de ocorrer uma explosão das contas da Previdência, responsáveis por mais da metade do passivo interno do Governo. Resta, portanto, duas alternativas à equipe econômica: desvincular o salário da Previdência Social ou mudar seu conceito de instrumento de garantia de renda mínima.

### O projeto de Urani

Enquanto a própria equipe econômica estudava internamente um projeto de emenda para reformulação conceitual do salário mínimo, partidos como o PTB também prepararam uma espécie de emenda da Reforma Trabalhista, defendida pelo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Um projeto de lei do deputado Eduardo Paes, apresentado ano passado, propõe, entre outras coisas, o fim da vinculação do mínimo à Previdência, ao criar a figura do Piso Remuneratório.

Além disso, prevê a regionalização do salário mínimo, por meio da fixação de faixas salariais por Estado, como ocorria até 1984. Criado a partir de um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), o projeto, na avaliação de cientistas políticos, deverá ser resgatado à ribalta do Congresso à medida que se intensificarem os debates sobre os riscos da reindexação de salários.

Secretário municipal de Trabalho do Rio de Janeiro e responsável direto pela proposta, o economista André Urani revela que o projeto encontrou aceitação até mesmo entre parlamentares do PT, geralmente contrários a propostas de mudança do salário mínimo. "O problema é que acabou engavetado após a divulgação do novo mínimo (o atual, de R\$ 136,00). No entanto, tenho certeza de que vai acabar voltando à tona no momento em que recomeçarem as pressões por aumentos salariais, o que ocorre geralmente entre março e abril", avalia Urani, que elaborou o estudo juntamente com o economista Marcelo Neri, do Ipea.

Economistas de diversas tendências também alertam para a possibilidade de disparada da inflação nos três primeiros meses do próximo ano, como reflexo de uma alta de preços imediatamente posterior ao período de vendas de fim de ano. Ao mesmo tempo que poderá fortalecer o movimento sindical, tal fato tende a contribuir para a volta de discussões sobre alternativas à indexação salarial. E é aí que entraria o projeto de Urani.

## DEZEMBRO, mês-chave para a inflação

O chefe do Centro de Estudos de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Sidney de Melo Coia, afirma que a volta da inflação no início do próximo ano vai depender do desempenho das vendas deste final de ano. Se vender muito, o varejo terá que reajustar preços, a partir de janeiro, uma vez que estará com baixos estoques. Ou seja, o cidadão se verá na armadilha de ter que torcer contra a inflação, mesmo em uma época do ano marcada por aumento do consumo.

A proposta de André Urani e Marcelo Neri, de criar o piso remuneratório, mas criar a figura do piso remuneratório. O piso passaria a orientar as relações de trabalho e seria fixado por meio de negociações tripartites entre representantes sindicais, patronais e do Governo. O projeto resgata, pelo menos em caráter conceitual, as antigas Comissões de Salário Mínimo, criadas por decreto presidencial em 1938 - em plena vigên-

cia do Estado Novo getulista. Nas Comissões, também regionalizadas, as mesmas categorias discutiam, a cada três anos, aumentos do mínimo.

O piso remuneratório, explica Urani, coexistiria com o salário mínimo, que continuaria a ser fixado pelo Governo e seria mantido como referência para a Previdência Social. Na prática, a criação desse novo instrumento não significaria o fim da vinculação do mínimo à Previdência, mas aliviaria o peso do item salário sobre o déficit das contas do Governo. "O que seria negociado entre as partes passaria a ser o piso remuneratório, e não o salário mínimo", justifica.

O secretário, que também considera irrisório o valor do salário mínimo atual, já aplica sua teoria na Secretaria do Trabalho, vinculando os vencimentos dos funcionários à figura do piso remuneratório. O menor salário na Secretaria, revela, equivale a R\$ 215,00, incluindo vales-refeição e transporte. "Não é

nada, não é nada, é um valor bem acima dos R\$ 136,00 do salário mínimo, que realmente está longe de ser garantia de compra de tudo o que a Constituição diz", afirma Urani, que também critica o atual texto constitucional.

- A fixação do mínimo como instrumento de garantia de saúde, habitação, vestuário etc obedece a um conceito ultrapassado, da época do Estado Novo. O salário mínimo hoje não pode ser mais considerado um meio para o trabalhador garantir isso tudo, até porque o chefe de família não é o único assalariado, hoje em dia, em um núcleo familiar. Na época em que se criou o salário mínimo (1940), apenas o chefe de família trabalhava e, consequentemente, era o único a garantir o sustento dos demais cônjuges. Logo, aquele salário mínimo precisava realmente garantir todos os itens fixados na Constituição. Só que hoje em dia, não - analisa Urani.

### COMUNICAÇÃO À PRAÇA

JORNAL DO COMMERCIO, EMPRESA JORNALÍSTICA, VEM COMUNICAR AOS SEUS CLIENTES E AO PÚBLICO EM GERAL QUE NOVAMENTE FOI CONSTATADO QUE PESSOAS NÃO CREDENCIADAS ESTÃO VISITANDO ASSINANTES E AGINDO DE MANEIRA CRIMINOSA, USANDO DE RECIBOS E CARIMBO FRAUDULENTOS COM INTUÍTO DE AUFERIR GANHOS COM RENOVACÃO DE ASSINATURAS DO JORNAL DO COMMERCIO. OUTROSSIM, INFORMAMOS QUE NOSSAS RENOVACÕES SÃO FEITAS POR TELEFONE (TELEMARKETING) E NÃO TEMOS VENDEDORES EXTERNOS. CASO SEJA VISITADO POR ALGUÉM QUE PROPONHA A RENOVACÃO DE SUA ASSINATURA, FAVOR LIGAR PARA O TELEFONE 518-3737 RAMAIS